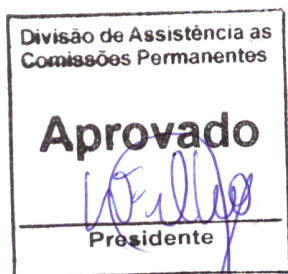




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Orçamento, Fiscalização,
Tributação e Transparência

ATA



ATA DA 5ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA DISCUTIR A PAUTA DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO COM RELAÇÃO AOS PROJETOS DE LEI NºS 1.070/2019 E 1.071/2019 – AMBOS DO GOVERNADOR DO ESTADO QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE, DO PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DA PARAÍBA PARA O PERÍODO 2020-2023 E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

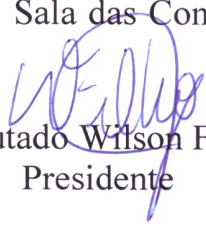
Às oito horas e trinta minutos do dia dezenove do mês de novembro de dois e dezenove, no Plenário "Deputado José Mariz" da Assembleia Legislativa, da Paraíba, sob a Presidência do Deputado Wilson Filho e contando com as presenças dos Senhores Membros Titulares: Deputados Tião Gomes - Relator do Parecer Final, Lindolfo Pires, Taciano Diniz, João Henrique e Membros Suplentes Deputados Raniery Paulino e Dr. Érico; também presentes os Deputados Buba Germano, Nabor Wanderley, Trocolli Júnior, Genival Matias, Caio Roberto, Jeová Campos e as Deputadas Cida Ramos e Pollyanna Dutra. Havendo número regimental o senhor Presidente “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou aberta a 5ª Reunião de Audiência Pública da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, com o propósito de discutir a pauta da Saúde, Assistência Social e Desenvolvimento Humano com relação aos Projetos de Lei nºs 1.070/2019 e 1.071/2019 – ambos oriundos do Governador do Estado que tratam,

respectivamente, do Plano Plurianual do Estado da Paraíba, para o período 2020/2023 e da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2020. Em seguida o senhor Presidente passou a composição da Mesa: Deputados da referida Comissão e do Senhor Secretário de Saúde do Estado da Paraíba, Dr. Geraldo Antônio Medeiros; Senhoras Secretárias, Neide Nunes da Silva e Gilberta Santos Soares, Secretarias do Desenvolvimento Humano e da Mulher e da Adversidade, respectivamente. Feito isto passou-se à leitura do Expediente em Mesa, que constou da Pauta, acima referida e na ocasião foi feito o registro das seguintes personalidades: Senhor Antônio Pedrosa - Diretor do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires e Senhoras Cristiane Lemos - Gerente Administrativa da Associação Donos do Amanhã; Lígia Maria - Diretora Executiva da FUNAD; Ana Carolina Monteiro - Presidente do Sindicato de Biomedicina e Kelly Ribeiro - tesoureira do Conselho Regional de Biomedicina, entre outras. Ato contínuo foi concedida a palavra ao Senhor Geraldo Medeiros. Saudando a todos afirmou que tinha um montante de doze vírgula trinta e um por cento, dos mais de doze milhões, propostos na Peça Orçamentária. Na oportunidade, o Secretário afirmou que no ano de 2020, sua Pasta tinha uma missão, incluir no Orçamento a ampliação de leitos, as reformas estruturais e a interiorização da Saúde. Que planejava reformar o Hospital Regional de Patos e implantar mais trinta leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), além de melhorias de suas áreas vermelha e amarela, assim como da central de esterilização. Também será incluída no orçamento, para o próximo ano, a ampliação e reforma do Hospital de Guarabira, que passará a contar com a instalação de uma UTI infantil. O Senhor Geraldo Medeiros também anunciou a ampliação da Maternidade Frei Damião, na Capital. Afirmou que era fundamental que na Casa do Povo, na presença dos representantes da população, os secretários discutissem o Orçamento, nas suas áreas, com o objetivo de que no próximo ano tivesse a aplicação do dinheiro público com racionalização de custos e direcionamento adequado. Ato contínuo apresentou através de slides como seriam aplicados os recursos propostos pelo Governo João Azevedo. Quanto à questão de doações de órgãos, o Secretário afirmou que havia um avanço considerável. Isto foi possível através de muitas campanhas de esclarecimentos lançadas por esta Secretaria. Asseverou que havia necessidade de mudança cultural para se obter resultados mais satisfatórios. Quanto à questão do mosquito da dengue, ressaltou que era preciso que a sociedade entendesse que muito mais importante do que a construção de hospitais, era a Atenção Primária à Saúde, o que era atribuição dos municípios. Porém, estava observando esse aumento de casos de dengue neste ano, resultando em mortes. Então, isso revelaria a falta de uma Atenção Primária adequada, avaliando que era preciso um monitoramento em todos os municípios paraibanos. Informou que iria acompanhar de perto os hospitais e unidades de Saúde do Estado no sentido de identificar demandas e ter ciência do funcionamento de cada um. Destacou que o Estado tinha um déficit mensal, na ordem de mais de

setenta milhões de reais, em âmbito hospitalar e disse que era necessário criar centros de referência para preencher os vazios assistenciais nas cidades paraibanas, com foco inicial para a cidade de Patos. Na avaliação da secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Neide Nunes, a nova forma de explanação dos investimentos proposto pela Assembleia ajudava cada Secretaria a dar mais visibilidade ao trabalho que vinha sendo feito e aquele que deverá ser realizado dentro do orçamento do próximo ano. “Esta Casa estava de parabéns, por ter implantado, este novo modelo de debate, tornando a discussão mais democrática, mais popular e capaz de compreender a atuação e a essência de cada pasta e este era o momento importante, para que pudessem vir a garantir o Orçamento da Assistência Social”, realçou a oradora. Informou ainda, que a Secretaria pretendia inaugurar três novas Casas da Cidadania, ampliar o Cidade Madura, realizar a manutenção de programas como o Abono Natalino, o Cartão Alimentação e as escolinhas de futebol nas comunidades. A Senhora Gilberta Soares defendeu que em 2020 fosse implantado um Centro Estadual, de Referência para atender a população negra e de origem em comunidades tradicionais. Atualmente a Paraíba, segundo a Secretária, já contava com centros direcionados às mulheres e à população LGBT. Que já dialogaram com o Governador João Azevêdo e isso devia ampliar a assistência, proporcionando um maior diálogo com comunidades indígenas, quilombolas e ciganos, resultando na criação de condições estruturais e no fornecimento de atenção básica. Por fim, mostrou através de slides, os desafios, metas e objetivos desta Pasta. Por fim solicitou aos senhores deputados, Emendas para aumentar os recursos, porque dois milhões era muito pouco para atender as demandas das referidas comunidades. O Presidente, Deputado Wilson Filho, agradeceu a fala dos convidados e passou a palavra ao Deputado Jeová Campos que, após as saudações de praxe, solicitou que houvesse por parte da Secretaria de Saúde, um arrojado programa de prevenção às doenças de origem genética. Já o Deputado Buba Germano, sugeriu prorrogação para entrega de Emendas. Hoje estavam recebendo três Secretarias, as quais solicitaram mais recursos para suprir as suas necessidades, entendendo o esforço do Governo Estadual em manter uma Saúde de Qualidade após recursos cortados pelo Governo Federal. Ato contínuo parabenizou a Direção do Hospital Metropolitano de Santa Rita. Após uma análise, entre os Membros desta Comissão, o Deputado Tião Gomes sugeriu que fosse prorrogado prazo para entrega de Emendas, até o dia 27/11/2019, no que foi apoiado pelo Deputado Buba Germano. O deputado Chió parabenizou a Comissão de Orçamento pelo trabalho eficaz o qual está sendo executado. Referiu-se à região do Brejo, composta por 30 cidades, mas que há um vazio assistencial severo para aquela população. Indagou como está sendo contemplado o orçamento para tal região. Proferiu que não há uma assistência quanto às gestantes e outras categorias. Declarou que é necessário colocar no orçamento recursos para investir nesses serviços básicos. Referiu-se ainda à região de Curimataú, em que tem sido prejudicada devido à falta d’água.

Relatou que precisam instalar cisternas do tipo “calçadões” a fim de garantir essas reservas d’água. Pediu ainda à secretaria de Desenvolvimento Humano, a questão do PAA. Proferiu que os recursos destinados a tal programa é deficitário, prejudicando a produção dos agricultores. Na sequência, a Dra Maria dos Remédios Mendes, defensora pública, subiu à tribuna. A oradora proferiu que coordena dois núcleos da Defensoria Pública: o de saúde e o da diversidade sexual e direitos homoafetivos. Referiu-se à fala do ex-ministro Carlos Brito, em que fazem do direito um meio de vida. Declarou que é feliz em seu cargo, por exercer sua vocação de proteger os mais vulneráveis da sociedade. Proferiu que apenas em um ano e meio o núcleo de saúde já judicializou mais de quatro milhões de reais. Mostrou um projeto de sua autoria, que trata sobre facilitar o acesso à saúde. Fez um apelo aos deputados para que os mesmos conheçam o trabalho da Defensoria Pública. Declarou que tal órgão trabalha pelo povo mais carente e marginalizado e requisitou uma audiência pública para mostrar as ações estratégicas utilizadas por esse segmento. Em seguida a deputada Cida Ramos relatou que se preocupa quanto à possibilidade de retirada da obrigatoriedade dos índices de responsabilidade dos três entes federados para com a saúde. Proferiu que as três secretarias têm interlocução e demandas frequentes, pois lida diretamente com o povo. Esclareceu que os índices são os melhores indicadores de desenvolvimentos. Referiu-se a programas instituídos em áreas tão importantes, a exemplo do Hospital Metropolitano e o Hospital do Bem, em Patos. Declarou que precisam fortalecer tais secretarias, devido ao seu importante trabalho desenvolvido. Em seguida o presidente, deputado Wilson Filho, registrou a presença dos deputados Camila Toscano, Edmilson Soares, Eduardo Carneiro, Manoel Ludgério e Tovar Correia Lima. Na sequência, o superintendente do Hospital São Vicente de Paulo, declarou que tal hospital tem sofrido devido à falta de recursos. Relatou que não recebeu nenhuma emenda estadual para o orçamento. Fez um apelo aos parlamentares da Casa para com a causa. Desejou um feliz aniversário à sua sogra, mãe do deputado Lindolfo Pires. O deputado Wilson Filho declarou que tal hospital tem uma grande relevância quanto ao trabalho realizado. Proferiu ainda, que irão promulgar uma lei para que seja colocado como prazo máximo de 30 dias a realização dos exames pelo SUS para os pacientes de Câncer. Na sequência, o deputado Lindolfo Pires declarou que haverá uma peça orçamentária para o próximo ano muito próximo daquilo que a Paraíba necessita. Proferiu que desta vez poderão apresentar emendas para instituições filantrópicas, antes algo concedido apenas aos deputados federais e referiu-se às três secretarias diretamente envolvidas. Declarou que quanto à secretaria de saúde, precisa-se da ampliação do Hospital Regional de Souza e a construção do Centro de Imagem. Em relação à Secretaria de Desenvolvimento Humano, a cidade de Souza precisa de uma Casa da Cidadania. Declarou ainda, que o restaurante popular precisa ser implantado em Souza e indagou como possuem acesso ao cartão alimentação. Por fim, referiu-se às mulheres e diversidade e que em Souza possuem muitos ciganos e

Nunes, declarou que, em relação à fala do deputado Wilson Filho, não houve ainda a criação do fundo específico para aporte de recursos, mas que irá enviar a esta Casa um Projeto de Lei para a criação de tal fundo de combate às drogas. Declarou que em relação à fala do deputado Chió, o governo federal não prevê tal região do Curimataú e que não tem planejamento e recursos para tal problemática. Declarou que quanto ao PAA, o mesmo se encontra no planejamento da secretaria, e estão estimando dois milhões para este fim. Referiu-se à fala do deputado Lindolfo Pires, declarando que estão emitindo a documentação na cidade de Souza, além de estar previsto a reforma da Casa da Cidadania e a implantação do Restaurante Popular. Declarou que quanto à problemática dos ciganos, há perspectiva de recursos para a construção de tais casas. Declarou, quanto à fala do deputado Taciano Diniz, que o Programa Cidadão já percorreu mais de 115 cidades, emitindo mais de 152 mil documentações. Na sequência, o deputado Wilson Filho agradeceu a todas as entidades presentes. Ato contínuo, o deputado Tião Gomes declarou que irão prorrogar as apresentações de emendas até a próxima quarta-feira. Esclareceu que o relator não pode ser o centro de tudo no orçamento e que fica feliz por tal debate realizado nesta Casa. Em seguida, o deputado Wilson Filho proferiu que a audiência pública de amanhã a qual envolveria Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia e Esporte será adiada para a próxima semana. Convidou a todos para promulgação da Lei nº 11.518/2019 de sua autoria, a qual cria o prazo máximo de 30 dias para a realização de exames pelo SUS aos pacientes com Câncer. Em seguida, encerrou a presente Audiência. Lavrando a presente Ata, as redatoras Anny Elizabeth Maia C. Furtado e Geralda da Silva, ambas Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente, deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa - PB, 19 de novembro de 2019.


Deputado Wilson Filho
Presidente